

A fé que preocupa

Aeronáutica teme ação de grupos de defesa dos índios

ABNOR GONDIM
enviado especial

MANAUS – Relatório confidencial da Aeronáutica sobre a fronteira do Brasil com a Colômbia classifica como fator de tensão na área a atuação de missões católicas e organizações não-governamentais (ONGs) a favor da criação de áreas indígenas “supranacionais” e “intocáveis” porque elas podem servir para refúgio de guerrilheiros.

Entre os fatores de tensão na fronteira é também citado “o combate sistemático à política indigenista do governo por organizações nacionais e estrangeiras, em particular o Conselho Indigenista Missionário (Cimi)”. Essa entidade é ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que reúne a cúpula da Igreja Católica no país.

O documento aponta que a criação de reservas indígenas binacionais na fronteira da Colômbia com o Brasil é defendida principalmente pela Organização Indígena Binacional dos Rios Querari e Uaupés (Obi-

queua). É uma entidade que congrega comunidades indígenas que vivem nas regiões fronteiriças entre os dois países.

Em um trecho, o relatório destaca que essa organização é contra “a divisão das comunidades indígenas pelo traçado da linha de fronteira”. Diz também que a entidade “tem feito críticas, às vezes veladas, à expansão territorial brasileira”, à política nacional em relação às questões de demarcação de áreas, à tolerância à exploração das terras indígenas e à agressão ao meio ambiente”.

A maior preocupação expressa no documento, redigido em outubro de 1999, é a “possibilidade de criação de nações indígenas supranacionais”. A referência diz respeito à existência de índios tucanos no Brasil e na Colômbia.

Por isso, as reivindicações atribuídas pela Aeronáutica aos católicos e às ONGs de transformar as reservas indígenas em “áreas intocáveis” vão facilitar o refúgio e a movimentação de grupos guerrilheiros colombianos nesses territórios, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

O documento, batizado de “Operação Tapete Verde/Querari”, assinala que o Cimi defen-

de a “mudança da perspectiva estatal de integrar os índios ao ambiente social nacional para uma perspectiva de cooperação e convivência”. O relatório inclui o conselho entre as principais entidades que influenciaram a inclusão de dispositivo na Constituição de 1988 a favor da “concessão de substancial base territorial aos povos indígenas”.

Segundo o documento, isso provocou “o agravamento das tensões em áreas indígenas” e “pode se constituir em prejuízo à conquista e à manutenção dos objetivos nacionais”. O relatório acrescenta que pairam suspeitas sobre missionários evangélicos estrangeiros de fazer “trabalhos de prospecção mineral, contrabando e espionagem” nas áreas indígenas. Eles são acusados de “contribuir para a descaracterização étnica dos grupos indígenas”.

Comandantes das unidades das Forças Armadas na Amazônia listaram a integração dos índios como uma de suas principais missões. O comandante militar da Amazônia, general Alcedir Pereira Lopes, disse que o Exército treina os índios para ajudá-los com suas próprias armas em eventuais combates.